



Centro Universitário de Brasília

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas-FASA

Jornalismo

DELISE DUTRA BARBOSA

CENSURA NOS JORNAIS DURANTE OS ANOS DE CHUMBO (1968-1979)

Brasília

outubro de 2006

DELISE DUTRA BARBOSA

CENSURA NOS JORNAIS DURANTE OS ANOS DE CHUMBO (1968-1979)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Orientador: Prof.: Deusdedith Alves Rocha Junior

Brasília
outubro de 2006

DELISE DUTRA BARBOSA

CENSURA NOS JORNAIS DURANTE OS ANOS DE CHUMBO (1968-1979)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Orientador: Prof.: Deusdedith Alves Rocha Junior

Brasília, outubro de 2006

BANCA EXAMINADORA

Deusdedith Alves Rocha Junior
Orientador

Paulo Paniago
Examinador

Severino Francisco

Examinador

AGRADECIMENTO

À Deus que me abençoou desde o planejamento até a conclusão deste trabalho;

Ao meu marido que esteve sempre presente me dando força;

À minha família que, mesmo distante fisicamente, torce pelo meu sucesso;

Ao professor Deusdedith Alves Rocha Júnior que orientou os rumos desta pesquisa.

“Não vejo para a liberdade de expressão outros limites válidos que não sejam os impostos pelo senso de responsabilidade e por uma lei comum democrática”

Júlio de Mesquita Melo

RESUMO

Com propósito de analisar as diferentes formas de administrar a censura dentro dos jornais, este trabalho faz um contraponto entre a postura da grande imprensa e da imprensa alternativa durante os anos de chumbo da Ditadura Militar. O período dos anos de chumbo sucedeu a instauração do Ato Institucional nº 5, elaborado pelo governo militar, no dia 13 de dezembro de 1968. Este ato regulamentou a censura prévia dentro dos veículos de comunicação e acirrou ainda mais a repressão na sociedade brasileira.

Para expôr as diferentes visões, o presente trabalho utiliza como objetos de estudo o folhetim *O Pasquim*, representando a imprensa alternativa, e o jornal *Folha de S. Paulo*, a grande imprensa. Para legitimar o uso exacerbado de autoridade, o governo militar usou como justificativa a Ideologia da Segurança Nacional, criada pela Escola Superior de Guerra (ESG), para controlar manifestações públicas e populares contra o governo. Perante imposições feitas pelos militares, *O Pasquim* optou por usar o que tinha, páginas de um jornal, para mostrar as conseqüências, no dia-a-dia da sociedade brasileira, de decisões tomadas pelo governo militar com objetivo de impor a ordem e manter o controle social do país. Enquanto isso, a *Folha de S. Paulo* calou-se. Ela usou do silêncio para se abster de qualquer censura mais rigorosa. A grande imprensa nada mais fez do que ignorar o que estava se passando no país, publicando menos notícias de cunho político.

Palavras-chave:

Ditadura Militar. Censura. Repressão. Imprensa.

SUMÁRIO

1 O CONTEXTO: VIGILÂNCIA E REPRESSÃO	10
1.1 A Censura Prévia.....	13
1.2 A Ideologia da Segurança Nacional	14
1.3 A Abertura Política	17
2 IMPRENSA ALTERNATIVA	18
2.1 O Pasquim.....	20
3 GRANDE IMPRENSA	27
3.1 A Folha de S. Paulo	28
4 UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DA IMPRENSA	30
5 CONCLUSÃO	32
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

INTRODUÇÃO

O período da Ditadura Militar é contado pelos livros como um tempo em que a sociedade foi manipulada e controlada pela força militar. Não só a sociedade civil, mas os veículos de comunicação também eram perseguidos pela censura militar. Depois de instaurado o Ato Institucional nº5, em dezembro de 1968, a censura ficou ainda mais acirrada porque foi legalizada a censura prévia dentro dos jornais. Os jornalistas trabalhavam sob pressão dos agentes da Polícia Federal que ficavam dentro das redações controlando o que poderia sair ou não na edição do dia. Mas por outro lado, a categoria, principalmente os donos dos jornais, acharam melhor do que a autocensura, porque o material era analisado antes de ir para a gráfica, ou para as bancas, diminuindo o desperdício de quando o jornal era apreendido depois de impresso.

A análise do presente trabalho se dará nos efeitos que a censura causou na imprensa. Por isso, tem como objetivo geral observar a possível existência de discursos e percepções diferentes entre os jornais da imprensa alternativa e da grande imprensa durante os anos de chumbo (1968-1979) da Ditadura Militar (1964-1985). Tais percepções estão relacionadas a apresentação (ou não) de fatos e circunstâncias que ocorreram no período.

Para isso, adotou-se o folhetim *O Pasquim*, representando a imprensa alternativa, e o jornal *Folha de S. Paulo*, a grande imprensa. No caso de realmente existir diferentes visões, este trabalho irá apresentá-las, bem como discuti-las de forma comparativa.

É interessante também instigar nas páginas dos jornais se existiram maneiras diferentes de dispor as matérias, assim como comparar os assuntos abordados antes e depois do AI-5.

Salienta-se, outrossim, que não é o escopo desse estudo o julgamento da conduta de qualquer uma das partes da imprensa.

1 O CONTEXTO: VIGILÂNCIA E REPRESSÃO

Após passar por crises econômico-financeira, político-institucionais e também no sistema partidário, o Brasil começou a ser governado por militares. O dia 31 de março de 1964 foi marcado por essa tomada do governo. O presidente João Goulart ostentou o poder entre setembro de 1961 e março de 1964. Mesmo Goulart tendo ficado pouco tempo no poder, foi o suficiente para deixar o Estado passar por dificuldades econômicas e administrativas. Os movimentos dos trabalhadores, principalmente os esquerdistas, demonstravam tamanha insatisfação através de protestos e movimentos. No governo de Goulart as greves se multiplicaram. Portanto, a tomada do governo pelos militares foi uma forma de reprimir esses movimentos de esquerda e pôr 'ordem' no país.

O intervalo de 1964 a 1985 foi um período obscuro para a maioria da população brasileira. Agentes da Polícia Federal ficavam espalhados por todos os lugares com o propósito de controlar e manter o comando militar informado dos acontecimentos. Foram implantadas muitas normas que acabaram moldando o Brasil e tornando um país aparentemente de alto nível no que diz respeito a organização, política e economia. Os militares criaram um complexo controle sobre as atividades públicas e veiculações da imprensa. Ao observar o que a imprensa sofreu durante todo o período da ditadura, fica evidente a censura e a repressão que se abalou sobre os meios de comunicação.

A proposta deste trabalho é analisar os efeitos da censura nos jornais durante o chamado 'anos de chumbo' da Ditadura Militar, 1968 a 1979, nos veículos *Folha de S.*

Paulo, representante da grande imprensa, e o folheto *O Pasquim*, da imprensa alternativa, ou nanica, como será explicado no próximo capítulo. Durante os 11 anos de chumbo, período que vigorou o AI-5, a maneira de conduzir o país foi mais rígida. A repressão e a censura foram mais acentuadas e, por consequência, a imprensa também sofreu com isso, conforme a historiadora Maria Aparecida de Aquino descreve no livro *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*:

Trata-se da dimensão da autocensura, na medida em que, após a transmissão das proibições, cabia ao órgão de divulgação acatá-las, censurando internamente a divulgação de determinadas notícias. [...] Além disso, ordens comandadas à distância ocultam a prática dos sujeitos envolvidos na ação - de um lado os censores, de outro, os jornalistas.¹

De forma autoritária, o Estado obrigava a imprensa a acatar normas impostas, ou vetar fatos. Todo o conteúdo das páginas dos jornais era submetido a análise dos militares para poderem ser veiculados. Até 1970, os jornais não eram submetidos à essa análise, mas sim retirados das bancas, pelos agentes da Polícia Federal, quando veiculavam notícias que fugissem do acordado com os militares. Esse período ficou conhecido como autocensura, quando os próprios jornalistas usavam do apurado censo crítico para diferenciar o que passaria ou não pelos agentes.

A autocensura diz respeito à aceitação, por parte das direções e de todos aqueles ligados na produção das matérias, das ordens transmitidas pelos organismos governamentais, o que não se pode afirmar com certeza, uma vez que nem sempre era explicado de onde vinha exatamente a ordem.²

O Ato Institucional nº5, editado pelo presidente Costa e Silva, entrou em vigor no dia 13 de dezembro de 1968. Apesar de um marco na história da censura no país, tornou ainda mais rígido o sistema político. Os jornais passaram a sofrer mais perseguição sobre os assuntos publicados. Mas, vale ressaltar que a intensidade do

1 Apud Maria Aparecida de Aquino - *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*, Bauru, Edusc, 1999. P.22

2 Idem, P. 222

controle dependia da resistência de cada veículo em acatar as normas militares. O AI-5 decretou total poder aos governantes e o fechamento do Congresso Nacional por tempo indeterminado; A censura ficou mais acirrada e os jornais passaram a publicar apenas notícias liberadas pelos altos escalões do poder.

Carlos Fico, no livro *Além do Golpe. Versões Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*, apresenta a censura como inconstitucional por aplicar ações repressivas a fatos e conteúdos muito amplos. Os militares controlavam assuntos e fatos relacionados à questão moral e política, eliminando completamente toda forma de manifestação oposicionista. No que tange a questão moral, a repressão se dava para manter o discurso de segurança nacional, ostentado com orgulho pelos agentes da Polícia Federal e governantes. Enquanto a questão política cuidava para que críticas à maneira de governar o país não fossem estampadas nas páginas dos jornais, contradizendo o discurso militar. Ao contrário da questão moral, reprimir material de cunho político causava certo desconforto aos agentes da PF. A censura moral estava muito ligada à classe social média urbana que se sentia abalada com publicações de violência ou sensualidade.

O uso especificamente político da censura de diversões públicas, porém, era tratado de maneira sigilosa e causava algum desconforto aos censores da DCDP, ao contrário da censura moral, assumida com orgulho pela Divisão.³

Nesse período de forte controle, os cinemas, as TVs e os teatros, precisavam exibir o certificado de censura, antes de apresentar uma peça, um filme ou qualquer outra programação televisiva. Esse certificado era sinônimo de que o material havia sido aprovado pela cúpula censória.

3 Carlos Fico. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, P.91

1.1 A Censura Prévia

José Luiz Braga, no livro *O Pasquim e os anos 70*, afirma que a censura prévia foi instaurada com o Decreto-lei nº1077, de 26 de janeiro de 1970, que consta na Constituição de 1969. Conheça o que o parágrafo 8º do artigo 153 regulamenta:

“Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, verificar, quando julgar necessário antes da divulgação de livros periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.”⁴

A historiadora Maria Aparecida de Aquino, no livro *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*, assinala que a censura prévia foi instalada em 1972. Período em discussão sobre o sucessor do presidente da República, que viria a ser o general Emílio Garrastazu Médici (Arena).

Na década de 70 o Brasil sofria o auge da censura e as consequências da tomada do governo pelos militares se acentuaram ainda mais. A censura e a repressão foram instituídas sob alegação de manter uma aparência democrática, reprimir as oposições e reforçar o discurso da Guerra Fria, que defendia a paz, mas, ao mesmo tempo, aterrorizava a sociedade com o poder da política.

A censura se preocupava em vetar todas informações que mencionassem a sua existência bem como de outros atos do Estado. Pelo fato de o governo fazer uso exacerbado de autoridade, a censura atropelou os limites da legalidade e assumiu caráter inconstitucional. Portanto, o comando militar tinha cuidado para não deixar provas que evidenciasse a existência da censura que pudessem acarretar em futuras ações judiciais contra a própria União. Mesmo assim, é possível analisar alguns sinais que comprovam a ambigüidade das atitudes dos censores como as assinaturas nos bilhetes, ou as ligações telefônicas para as redações dos jornais, onde o remetente se

4 Apud.José Luiz Braga. *O Pasquim e os anos 70: mais para epa do que para eba....* Editora da UnB, 1991, P. 33

identificava como: “... *de ordem superior*”. Assim, não mencionava o órgão nem revelar a identidade de quem enviou o recado ou falou ao telefone.

Os jornais sabiam da importância de cumprir 'normas superiores', do contrário, teriam um censor dentro da própria redação ou a apreensão do material na gráfica ou nas bancas. Esta apreensão nas bancas acarretava alto prejuízo para o veículo.

No momento em que os jornais eram obrigados a ocultar a existência do controle das informações e acatar os veto militares, as páginas sofriam mudanças que evidenciavam algo de estranho no jornal. Nos trechos proibidos era comum deixar espaços em branco, ou colocar partes de livros ou poemas, de forma que os leitores soubessem que parte daquele documento não pode ser veiculado por motivos 'superiores'. Assim, mais uma vez os leitores compreendiam alguma diferença, e ,que por motivos maiores, a sociedade não saberia tal informação por completo.

Para se encaixar nas exigências da censura, os profissionais de comunicação tomavam cuidado para não veicular atos violentos relacionados a roubos ou mortes - isso poderia quebrar a quimera da Ideologia de Segurança Nacional instaurada pelos militares.

1.2 A Ideologia da Segurança Nacional

A ideologia da Segurança Nacional significava para os militares a antecipação de uma nova democracia, que vinha a lembrar o mesmo propósito da Guerra Fria, quando o mundo viveu sob estado de tensão constante, em consequência dos conflitos entre blocos socialista e capitalista. Essa guerra ocorreu principalmente entre Estados Unidos da América e União Soviética.

A Ideologia de Segurança Nacional foi criada pela Escola Superior de Guerra (ESG), em 1950. Essa escola entendia a guerra como uma preparação intensa dos

militares para atingir todos os campos da vida social. Ela tinha como fim formular diretrizes para que o planejamento político acentuasse a preocupação com maior segurança dentro do país. O conjunto destes objetivos foi denominado Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

No Brasil, com a 'guerra pacífica' entre militares, imprensa e sociedade, os governantes tinham o comando de tudo e sobre todos. A repressão, durante a Ditadura Militar, era feita para impedir os movimentos populares que poderiam ameaçar a paz social. Essa preocupação com a ordem nacional era decorrente da possibilidade de reivindicações por questões políticas e econômicas. Isso poderia acontecer porque os governantes tinham consciência de que a sociedade não estava satisfeita com a situação brasileira.

A Ideologia de Segurança Nacional foi um fator importante para a construção da identidade e da consolidação do discurso dos militares. Foi nessa ideologia que eles se basearam durante os 20 anos que tiveram no comando.

Quando os militares tomaram o poder, havia uma preocupação específica em organizar a Nação porque o Brasil vinha de uma situação econômica e organizacional complicada e difícil, com o governo de João Goulart (1961-1964). Antes do golpe as reivindicações eram muitas e os militares acreditavam que era preciso impor limites para instigar o crescimento e a industrialização do Brasil.

O propósito da Ideologia criada pela ESG não era atacar a democracia, mas mostrar que ela não possuía base para estimular o Brasil a crescer, pelo menos não naquele momento, quando o governo já não tinha mais controle da situação. Essa doutrina, muito usada pelos militares, também servia para esconder o autoritarismo e manter uma aparência democrática interna.

Haveria necessidade de empreender a batalha em todos os campos, elegendo a segurança nacional como meta máxima, à qual se sacrificariam, inclusive, a liberdade e o bem estar da nação. Isto implicava, também, uma denúncia contra o Estado liberal-democrático, tido como incapaz de garantir sua segurança.⁵

Ao ser implantada a DSN como base do governo, algumas idéias se disseminaram para que o exército brasileiro fizesse uso das diretrizes plantadas dentro dos propósitos de tal doutrina. As idéias eram de manter um Estado intervencionista, preparado para fomentar o crescimento econômico; acreditar que, por meio do autoritarismo, a cultura política melhoraria; substituir a política pela técnica - nada de deixar nas mãos do povo ou de muitos -, as decisões eram tomadas de maneira direta objetivando o resultado imediato. Os militares ditavam decisões e não abriam questões para votação.

A Ideologia de Segurança Nacional não era mantida sob sigilo entre os governantes, mas somente era explicada para os responsáveis por grandes setores: exército, administração, economia, ensino e grandes empresas públicas e privadas. As pessoas não sabiam dessa ideologia, principalmente estudantes e simpatizantes do anarquismo, para evitar que saíssem mais ainda às ruas lutar por uma maneira mais justa de liderar o país.

Dessa maneira, o governo criou alguns slogans para opor às críticas ao Estado. As frases apareciam em propagandas do governo na forma de nacionalismo chauvinista. Essa era uma tentativa de tornar as pessoas convictas do quão nobre era seu país. As frases eram do cunho: *"Eu te amo meu Brasil..."*; *"Brasil: ame-o ou deixe-o!"*; *"Brasil: país do futuro"*.

5 Luiz Felipe Miguel. *Segurança e desenvolvimento*: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. In: *Diálogos Latinoamericanos*, 005, 2002, Dinamarca, Aarhus Latinoamericanistas. Universidade de Aarhus. Artigo Científico. Dinamarca: *Diálogos Latinoamericanos*, 2002, P. 44

1.3 A Abertura Política

É possível considerar que a abertura política iniciou em meados de 1975 com a censura liberando os jornais da grande imprensa e alguns folhetins da imprensa alternativa. Em um segundo momento essa abertura ficou marcada por reivindicações da sociedade civil que lutava pela liberdade democrática novamente. Essas manifestações foram causadas principalmente porque a classe média brasileira não estava satisfeita com os rumos econômicos que o país estava sendo guiado.

Após essa abertura, os jornais da imprensa alternativa se sentiram livres para poderem escrever com mais autonomia e informar a sociedade brasileira o que realmente acontecera. *O Pasquim* publicou matérias e charges que haviam sido censuradas durante o forte período de repressão.

Os jornais da grande imprensa, como se preocupavam com a questão empresarial do veículo, não se importavam em defender algum grupo familiar ou político. *"A grande imprensa depende de grupos econômicos"*⁶ Nesse sentido, a abertura política não foi um marco tão importante, uma vez que ao visar lucro ela mantinha vínculo com algum grupo específico. A grande imprensa precisava de apoio financeiro para se manter e com isso se tornavam novamente parcial, fugindo da utopia jornalística da imparcialidade. Diferente da pequena imprensa, que queria fazer jornalismo independente de qualquer grupo - fosse ele familiar ou político.

A imprensa nanica de vocação geral fica sitiada entre o pequeno jornal militante para o qual a questão da viabilidade econômica não se coloca; e o jornal-empresa funcionando na base do lucro.⁷

6 Maria Aparecida de Aquino - *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*, Bauru, Edusc, 1999, P.63

7 Braga, José Luiz - *O Pasquim e os anos 70*, Brasília, Editora. da UnB, 1991, p. 102

2 IMPRENSA ALTERNATIVA

A imprensa alternativa chegou no Brasil junto com o século XX. Foi trazida por imigrantes que vieram de vários países em busca de melhores condições de vida e trabalho. Entre esses imigrantes vieram também revolucionários anarquistas e comunistas que queriam protagonizar as mudanças institucionais de acordo com suas tendências. Eles *“aqui, procuraram adaptar suas doutrinas com as necessidades de novo modelo de relação de trabalho-assalariado”*.⁸

Os simpatizantes com o anarquismo, e fonte de mão-de-obra para a indústria brasileira, começaram a fundar sindicatos. Essa necessidade de criar órgãos que defendessem a classe operária ocorreu simultaneamente com o início do trabalho assalariado no Brasil. Para difundir as idéias defendidas pelos sindicatos e operários, foram criados boletins totalmente esquerdistas. Esses jornais tentavam mobilizar a categoria operária, mas sempre mantendo a ordem social.

Não haviam repórteres nas redações dos folhetins da imprensa alternativa. O jornal era preenchido com colaborações dos trabalhadores, relatórios de sindicatos e também denúncias de empresas e patrões.

A chegada da imprensa alternativa agregou a ambição dos esquerdistas de serem a questão central das mudanças institucionais e a busca por áreas com defasagem de informativos. Nesse caso, o pontapé inicial para alcançar esses objetivos ocorreu quando os sindicatos começaram a produzir folhetins para ter influência sob os operários.

8 Dirceu Fernandes Lopes. *A história do jornalismo como formadora de consciência crítica*. In: Ouhedes João Augusto de Fonseca. (Org.). *Fênix do jornalismo*. 1 ed. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2004, v. 1, P. 121-142. P.12

Os jornais alternativos não tinham interesse de enraizar em meio a imprensa em geral. A idéia era materializar algo provisório, mesmo que vulnerável, mas livre para sofrer ataques externos, como do governo e da população que ia de encontro a essa maneira de fazer jornalismo. Os pequenos jornais queriam ter liberdade de ir para as bancas sem alguma lápide. Nos anos de chumbo, o número de folhetins alternativos cresceu. Eles almejavam liberdade para rebater atitudes do alto escalão. Portanto, o propósito dos alternativos não requeria permanência, poderia ter uma vida mais curta desde que mostrassem a existência de outra verdade, além da exposta pelos veículos da grande imprensa.

Mesmo com curta durabilidade os pequenos informativos garantiram o crescimento cultural da sociedade e causaram desconforto para os militares. A imprensa 'alternativa' não visava lucro, era independente de qualquer grupo político-social e almejava a 'liberdade de imprensa'. Os jornais que faziam parte dela foram elaborados para fazer oposição à forma que o Brasil estava sendo governado. Esses folhetins eram consumidos, em geral, pela classe média.

Como a imprensa alternativa não visava lucro, ela tinha propósito de expandir idéias e concretizá-las em meio a classe interessada. Dentro da imprensa alternativa existiam diferentes informativos e com propósitos opostos. Os informativos predominantemente políticos traziam questões sobre revoltas e eram muito usados pela União Nacional dos Estudantes (UNE) para lançar reivindicações ao governo. Os informativos que traziam questões existenciais eram formados por pessoas que também não concordavam com a forma esquerdista de governar - caso da Ditadura Militar, quando o país foi comandado de maneira autoritária pelos militares.

O jornalismo alternativo não era ligado ao governo e nem esperava nada dele. Muitos desses jornais apareceram e desapareceram antes mesmo dos anos 80, banidos pela forte repressão do governo.

Durante esse tempo que a sociedade brasileira foi obrigada a acatar mandos e desmandos militares, muitos jornalistas não tinham espaço nos grandes veículos. Para iniciar a carreira jornalística eles tiveram que aderir a imprensa alternativa e para ela contribuíram com textos e entrevistas. Com isso, não só os pequenos jornais ganharam, mas também os jornalistas que, no instante em que os textos eram publicados nas páginas dos folhetins da imprensa alternativa, seus nomes tornavam-se conhecidos, facilitando, posteriormente, a entrada nos grandes jornais. *“Assim, o que dava vitalidade a pequena imprensa foi absorvida pela grande”*.⁹

2.1 O Pasquim

O jornal *O Pasquim* começou a ser veiculado a partir de um semanário de humor, *A Carapuça*. Sérgio Porto, diretor desse semanário, chamou Tarso de Castro, um dos jornalistas do folhetim, para comandá-lo. Jaguar, um dos criadores do *Pasquim*, propôs uma nova forma para o folhetim e foi a partir daí que o informativo começou a ser planejado e posteriormente ser um dos mais conhecidos veículos da história da imprensa alternativa.

A proposta gráfica do novo veículo era de ser um tablóide, com bastante ilustração e de leitura fácil e contínua. Conforme a idéia principal, as páginas eram recheadas de ilustrações, até porque o jornal era feito por também por publicitários. Os textos eram curtos e seguidos de humor nas entrelinhas. A intenção era de fazer um veículo com conteúdo variado, não focado só na política, mas também voltado para cultura, futebol e principalmente para o dia-a-dia da população brasileira.

No dia 25 de janeiro de 1968 o primeiro *Pasquim* vai para as bancas, sem muita perspectiva de permanência, uma vez que a 'patota' - quem fazia o jornal - sabia que não era tarefa fácil enfrentar a censura a repressão militar.

⁹ José Luiz Braga - *O Pasquim e os anos 70*, Brasília, Editora. da UnB, 1991, p. 101

O primeiro número traz uma carta de Millôr a Jaguar e ao grupo: "Independente, é? Vocês me matam de rir." Faz o levantamento das pressões que sofreu em seu livre pensar no pré e no pós 64. Termina a carta assim: "Se essa revista for mesmo independente não dura três meses. Se durar três meses não é independente. Longa vida a essa revista!" Com um PS profético: "Não se esqueça daquilo que eu te disse: nós, os humoristas, temos bastante importância para ser presos e nenhuma para ser soltos."¹⁰

Cada edição que saia às bancas era comemorada pela 'patota'. Afinal, não era tarefa fácil fazer jornalismo naquela época, ainda por cima um jornalismo humorístico.

O Pasquim sempre foi um jornal diferente da grande imprensa pelas artimanhas que fazia para driblar os censores. Os fatos que os jornalistas julgavam correr o risco de serem censurados eram distribuídos dissimuladamente nas páginas do jornal. Assim, o jornal não deixava de fornecer a informação, passando despercebida aos olhos agentes da Polícia Federal.

O conteúdo do jornal cumpriu a proposta inicial de o foco não se voltar apenas para política. Ao contrário, nas páginas eram abordados temas como futebol, política, direitos da mulher. Não eram veiculadas reportagens, isso ficava para a grande imprensa. *O Pasquim* publicava comentários e análises de fatos políticos, econômicos e comportamentais.

Na primeira fase difícil do *Pasquim* - exemplar nº 26 - foi publicada uma entrevista com o humorista Juca Chaves, de origem judia, que se queixou da revista *Manchete*. Ele fez alusão a Editora Bloch de maneira humorada, sem, aparentemente, fortes críticas. A Distribuidora Imprensa que fazia a distribuição do *Pasquim* era ligada a essa editora. No dia posterior a publicação da entrevista, o dono da distribuidora comunicou à 'patota' que não faria mais a entrega do jornal e que eles deveriam

10 Idem. P. 25

deixar o local onde o folhetim era feito. A Abril Distribuidora aceitou o serviço de fazer a entrega do *Pasquim* e assim o jornal pode sair novamente às bancas.

A patota do *Pasquim* se surpreendeu quando saiu a edição nº40. Nessa época, os colaboradores do folhetim ponderavam questão como o fato de que muita coisa já havia acontecido e o jornal ainda estava sendo publicado. Já tinha ocorrido divergências das pessoas que faziam o *Pasquim* com a Distribuidora Imprensa, além de muita pressão por parte da censura militar.

A cada edição *O Pasquim* deixava algumas pessoas incomodadas, em especial o governo. No número 58, o jornal fez uma crítica com o *slogan*: “*Pasquim - ame-o ou deixe-o*”. Essa frase na capa do jornal era entendida como uma provocação ao *slogan* do governo: “*Brasil - ame-o ou deixe-o*”. O governo formulava frases com conteúdo desse gênero para aparentar para sociedade que o país havia superado a crise política e econômica que o governo Goulart deixara.

Quando o exemplar nº 72 já estava na gráfica para impressão, Ziraldo, Paulo Francis, Luiz Carlos Maciel, Paulo Garcez e Haroldinho foram presos pela suposta publicação de uma charge.

[...] cartum reproduzindo o quadro de Pedro Américo em que D. Pedro, às margens do Ipiranga, proclama a independência. Ziraldo acrescenta um balão de fala fazendo D. Pedro bradar “Eu quero mocotó”.¹¹

Com a prisão da maioria, a edição nº 73 foi um especial com a reprodução de uma série de desenhos antigos que estavam arquivados. Do nº 74 ao nº 80, o jornal recebeu algumas colaborações, e em razão dessa estratégia o *Pasquim* não encerrou as atividades nessa época.. Já na edição nº 80, somente Tarso de Castro estava na cadeia e foi veiculada uma foto - preenchendo toda a capa do informativo - dos homens que faziam o jornal, todos de óculos com a seguinte legenda: “*Esses são os*

11 Idem. P. 36

verdadeiros homens sem visão".¹² Essa frase remetia à idéia de que quem tinha visão no país eram os militares ou quem os apoiassem.

Durante o governo de Médici o jornal passou por problemas financeiros, porque os anunciantes também passavam por pressões dos censores. O autor do livro *O Pasquim e os anos 70*, José Luiz Braga, diz que depois que foi instaurada a censura prévia, não havia mais notícia nas páginas dos jornais, mas apenas notas oficiais do governo.

O período de forte repressão ficou marcado pelo vazio cultural que pairava sobre a sociedade brasileira. Devido a forte repressão, os artistas, escritores e compositores não tinham espaço para criar e produzir alguma coisa. Muitos foram exilados durante o período da Ditadura. Quem conseguia criar precisava da autorização dos agentes da Polícia Federal para publicação, o que contribuía para o vazio cultural já que era difícil passar algum material por eles. No livro de Braga consta que as gavetas dos censores estavam abarrotadas de 'cultura'. Se fossem esvaziadas o vazio cultural seria preenchido.

Como não era possível fazer críticas ao governo, os jornalistas do *Pasquim* usavam de artimanhas para preencher as lacunas dos textos vetados pelos militares. Uma das formas encontradas, ao invés de fazer críticas diretamente ao regime, o jornal fazia críticas às pessoas, artistas ou filmes, que eram favoráveis a maneira que o Brasil estava sendo governado.

Personagens foram inventados para compor Histórias em Quadrinhos com conteúdo voltado para a fase que o país passava.

No número 152 Jaguar cria um personagem - Gastão o vomitador - que exprime na sua prática a náusea provocada pela situação. Gastão vai

12 Idem. P. 38

vomitando a cada exemplo concreto de classe-medismo vigente. Essa estratégia do mau gosto faz, na mesma proporção, a alegria do leitor crítico e a irritação dos senhores do país.¹³

Eram observados fatos do cotidiano para tirar idéias relacionadas as circunstâncias políticas.

Ao final do governo do general Médici, o folhetim trouxe, na capa, a interjeição **UFI!**, ocupando toda a página. Não era preciso falar mais nada, os leitores já estavam acostumados com as intenções dissimuladas do jornal e essa expressão de alívio foi mais uma apreciada pela sociedade.

Para driblar a censura, já que não era possível admiti-la, *O Pasquim* nº 261 publicou a seguinte frase na capa: "*O Pasquim, um jornal que não é editado por seus editores*". Com a ambiguidade da frase era provável que as pessoas entendessem que havia uma outra edição, além da realizada pelos colaboradores e criadores do jornal.

No período do 'esforço liberal', em meados de 1975, os jornais alternativos começaram a se proliferar. A maioria deles tinha vida curta, em média de dois anos. Esse período tratava-se, segundo Carlos Braga, da sociedade civil recuperar a democracia. Com o empenho da população tornou-se possível banir a censura dos jornais da grande imprensa e de alguns folhetins da imprensa alternativa - *O Pasquim* foi um destes livres da censura.

A partir dos anos 80, em termos de conteúdo, o jornal sofreu alterações. A política tomou conta do *Pasquim* e não havia mais necessidade de deixar as coisas implícitas. Os fatos começaram a ser contados de forma mais explícita. O jornal entrou a década de 80 mais forte, mas no que tange a leitores, sofreu recaídas. O jornal não tinha uma linha editorial definida e os assuntos já estavam esgotados. Mas,

13 Idem. P. 47

mesmo com a crise editorial e financeira, as páginas com dicas e entrevistas continuaram a ser veiculadas.

O jornal, que tanto colaborou para a informação da sociedade no auge da censura, decaiu cada vez mais no período da abertura política. *O Pasquim* não tinha mais tantos leitores como anteriormente e passou a ser lido por jornalistas e profissionais liberais, não mais por jovens e pela classe média.

O desafio enfrentado pelo *Pasquim*, no início da década de 80 foi para criar uma estrutura do jornal dentro de uma ordem já existente. Era preciso encontrar uma maneira de atrair novamente o leitor, mas sem fugir da postura contestatória e irreverente que a publicação carregou durante o período de forte repressão militar. O jornal começou a abrir um leque maior de conteúdo. Continuou falando de política e economia, mas com menos ênfase e crítica. Para continuar sendo publicado, o jornal tinha duas alternativas: ou passava a ser de cunho humorístico ou de cunho político. Havia necessidade de mudar, não dava mais para continuar com humor-político, caso contrário estava fadado a encerrar as atividades. Nesse período de transição, o informativo chegou a mudar de tamanho para chamar mais atenção nas bancas, mas o resultado não foi o esperado porque o leitor fiel não gostou do novo formato.

[...] cheira a embelezamento da embalagem para ajudar a vender o mesmo velho produto: o consumidor escolado desconfia. Sabemos que havia intenção de transformação de fundo, mas sem condições reais ficou na superfície e em detalhes menores.¹⁴

O *Pasquim* tinha o conteúdo voltado para o Rio de Janeiro, que ainda guardava vestígios da antiga Capital Federal e era o grande centro cultural do país. Desde que Brasília passou a ser o pólo administrativo do país, São Paulo parecia mais como um grande centro econômico e o Rio de Janeiro cada vez mais próximo de um centro cultural. O desinteresse do jornal pelas questões políticas refletia a distância entre a

14 Idem. PP. 115/116

cidade do *Pasquim* e a Capital da República. Em 1983, o *Pasquim* teve proposta de voltar a ser um jornal de humor e irreverência e se adaptar a situação política do Rio de Janeiro.

As páginas do folhetim não tinham uma estrutura fixa, elas se apresentavam de maneira diferente a cada edição. Não havia padronização da escrita do jornal. Os textos carregavam características dos próprios autores que contribuíam para a elaboração do jornal. Já a grande imprensa tinha uma escrita mais formal, de modo objetivo e 'neutro'. Mas, ao contrário do *Pasquim*, era feita por jornalistas que trabalhavam numa redação e escreviam baseados em moldes, preocupando-se com entendimento padrão da informação. Enquanto a imprensa alternativa contava com colaboradores que escreviam voltados para linguagem falada, com texto carregados de muito subjetivismo e sem formalidade alguma. Como o próprio autor do livro *O Pasquim e os anos 70* descreve: [...] *o Pasquim poderia ser visto como uma revista cultural mais que jornal de assuntos gerais.*¹⁵

15 Idem. P. 130

3 GRANDE IMPRENSA

A imprensa chegou no Brasil trazida pela Família Real. Em 1808 a corte portuguesa saiu de Portugal com destino ao Rio de Janeiro. Neste período, já começou o controle sobre publicações da imprensa, exatamente junto com a origem. Nos primórdio, a imprensa tinha o propósito de publicar decisões do imperador D. João. Logo, nada que fosse de encontro com decisões superiores poderia ter alguma repercussão.

Em junho de 1808 Hipólito da Costa inaugurou o jornal *Correio Brasiliense*. Devido à censura prévia, presente desde os primeiros jornais, o *Correio* era feito em Londres. Ele entrava no Brasil com finalidade moralizadora de melhorar os processos administrativos no país e influenciar a opinião dos leitores.

O primeiro jornal feito no Brasil foi publicado em setembro de 1808: *Gazeta do Rio de Janeiro*. Nelson Werneck Sodré, no livro *História da Imprensa no Brasil*, aponta que este jornal era um veículo oficial e feito pela imprensa oficial. Ele tinha a maior parte das informações voltadas para acontecimentos europeus, além de publicação de ofícios e documentos oficiais.

No decorrer da história do Brasil vários jornais surgiram em locais diferentes do país. A história da imprensa no Brasil se confunde com a história do país. Portanto, no próximo item pode-se analisar a história da *Folha de S. Paulo*, como exemplo da grande imprensa e sua postura mediante imposições da censura, em especial nos anos de chumbo da Ditadura Militar (1968-1978).

3.1 A Folha de S. Paulo

O jornal *Folha de S. Paulo* não começou a ser publicado por inteiro, ele iniciou os trabalhos por partes, atendendo públicos diferentes do outro jornal paulista: *O Estado de São Paulo*, que era feito por e para elites. A proposta do grupo *Folha* era fazer jornalismo para um grupo mais amplo, para a classe média trabalhadora. Foi então que em 1921 a *Folha da Noite* vai para as bancas. O primeiro veículo do grupo *Folha* não tinha muito recurso e mantinha o apoio do jornal das elites, inclusive fazia uso do maquinário.

Após o sucesso da *Folha da Noite*, em 1925 sai o segundo jornal do grupo *Folha de S. Paulo*: *O Folha da Manhã* era um jornal matutino da *Folha da Noite*. Devido a mais uma forte aceitação da sociedade pelo jornal, o grupo lança o veículo *Folha da Tarde*, em 1945. Este era voltado para um público mais seletivo, atendendo a burguesia do estado de São Paulo. Houve uma reformulação dos jornais e o último teve grande investimento estrutural e empresarial.

O ano de 1960 foi muito importante empresarialmente para o grupo dos três jornais: *Folha da Noite*, *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde*. José Nabantino, líder do jornal na época, fundiu os três jornais em apenas um: *Folha de S. Paulo*. Esse, assim como qualquer outro veículo de comunicação, não foi poupado das fases difíceis conseqüentes do autoritarismo que pairava sobre o Brasil durante os anos de chumbo.

Nessa quarta etapa, o que caracterizou a *Folha* foi a capacidade de resistência diante das dificuldades econômicas e dos conflitos políticos e sociais. Atravessou o golpe de 1964, sofreu as conseqüências dele e pagou o preço de tê-lo apoiado.¹⁶

16 Catedra Octavio Oliveira. *Um país Aberto: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo*. São Paulo:Publifolha, 2003.PP.40/41

A *Folha de S. Paulo* adquiriu independência editorial depois que conseguiu se dispensar da subordinação material e passou a produzir o próprio material.

Em 1974 a *Folha de S. Paulo* passou novamente por uma reforma gráfica trazendo jornalistas experientes da imprensa carioca - que se modernizara na época de 50/60: Paulo Francis e Alberto Dines. A modernização do veículo fez com que ele crescesse muito empresarialmente. De 1974 à 1977 o jornal passou de 200 mil para 300 mil exemplares diários. As páginas dois e três do veículo foram cedidas para ex-políticos brasileiros, afastados no período de repressão. Lá, eles publicavam editoriais. A audácia do jornal, que resultou no aumento da tiragem, não foi aplaudida pelos militares que ameaçaram suspender a veiculação do jornal caso não recuasse o crescimento.

Cláudio Abramo deixou o comando do jornal e cedeu lugar para Boris Casoy - conhecido como jornalista conservador. A *Folha* deixou de ceder espaços para publicações dos editoriais de ex-políticos e conseguiu continuar circulando para os leitores.

Conforme Carlos Dias, o autor do texto *Diretas Já* - publicado no livro *Um País Aberto: Reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o Jornalismo Contemporâneo* - havia uma grande diferença entre os dois jornais do estado de São Paulo. *O Estado de São Paulo* tinha uma linguagem que ia de encontro com os discursos progressistas. Enquanto a *Folha de S. Paulo* se expressava de forma mais neutra e mais engajada com avanços sociais, manifestados através de artigos de autoria de representantes da sociedade civil. *Um dos capítulos mais importantes da **Folha** foi ter assumido uma postura de independência e oposição, denunciado o governo Collor.*¹⁷

17 Idem. P.64

Em 1991 a *Folha de S. Paulo* foi o primeiro órgão da imprensa brasileira a pedir o impedimento do presidente Fernando Collor de Melo. Com essa atitude, o veículo passou a ser bem respeitado entre os demais da grande imprensa.

4 UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DA IMPRENSA

A censura é apresentada de forma ambígua entre os jornais analisados: *Folha de S. Paulo* e *O Pasquim*. O período dos anos de chumbo da Ditadura Militar (1968-1979) coincide com a proliferação da imprensa, em especial da alternativa. Isso se deu pelo fato de alguns profissionais de comunicação sentirem necessidade de expôr para a população brasileira as conseqüências das decisões tomadas dentro dos gabinetes de onde o país era comandado. Enquanto alguns veículos, em especial os da grande imprensa, não sentiam essa necessidade e por fim se calavam.

Há controvérsias entre a postura da grande imprensa e da imprensa alternativa no que tange a uma análise do conteúdo e da maneira como este conteúdo era disposto nas páginas dos jornais analisados. Nesse sentido, Eni Puccinelli Orlandi, no livro *As Formas do Silêncio*, explica que:

A análise do discurso é enfim uma relação com a linguagem: relação em que não se mantém a distinção forma/conteúdo mas antes se pensa a questão da sua materialidade que é linguística e histórica na qual se pode pensar o silêncio em sua importância fundamental.¹⁸

A *Folha de S. Paulo* utilizou o silêncio para explicar a censura. Na edição do dia posterior à instauração do Ato Institucional nº 5, 14 de dezembro de 1968, o jornal trouxe na capa a seguinte manchete: "*Governo baixa novo ato*". Mesmo trazendo na capa esta chamada, nada sobre censura foi manifestado no texto abaixo da manchete, onde ressaltava apenas que o Estado iria fechar, por tempo indeterminado, o Congresso Nacional. A partir de então o jornal diminuiu o número de matérias de cunho político, aumentando, proporcionalmente a quantidade de classificados.

18 Eni Puccinelli Orlandi. *As formas do silêncio no movimento dos Sentidos*. Campinas. Unicamp.1992.P.184

Eni Orlandi explica que os fatos ocultados deixam de fazer parte da realidade, ou seja, eles se tornam uma verdade questionável. O ocultamento desses fatos resulta na questão de que a verdade é o que está escrito, o resto podem ser indagações. A 'verdadeira verdade' passava a ser o que estava escrito nas páginas dos jornais.

Para contrapor a indiferença da *Folha de S. Paulo* *O Pasquim* fez das páginas do jornal uma arena de confronto contra o governo. De maneira bem humorada e dotado de irreverência o jornal conseguia expôr os problemas rotineiros dos brasileiros nas charges e textos ousados. Ele usava de linguagem cotidiana e ambígua para que as edições do jornal sobrevivessem à censura prévia.

O Pasquim não ia de encontro com a censura, mas não perdia a oportunidade de fazer das ilustrações uma forma de provocação aos princípios militares. Segundo Eni Orlandi a censura estabelece uma relação de limite entre o que pode e o que não pode ser dito. Exatamente assim o folhetim fazia, estava sempre no limite da censura. Fazia uso de termos ambíguos para explicar o que estava acontecendo e fazer piadas com a própria situação brasileira.

5 CONCLUSÃO

Os profissionais de comunicação trabalharam durante quase 20 anos sob forte repressão e censura militar. Nada era possível publicar sem antes passar aos olhos da cúpula censória, composta por agentes da Polícia Federal. Após realizar análises nos jornais *O Pasquim* e na *Folha de S. Paulo* foi possível perceber que a imprensa alternativa e a grande imprensa enfrentaram de formas diferentes a censura e a repressão, impostas no governo militar durante os anos de chumbo.

O trabalho feito pelos jornais da imprensa alternativa, em especial *O Pasquim*, é o que almeja qualquer profissional de jornalismo: poder expôr nas páginas dos jornais críticas ao governo, mesmo que estas tenham sido feitas de maneira ambígua. Mas os jornalistas da imprensa alternativa são vitoriosos por enfrentarem tudo e todos com um único propósito: tentar fazer jornalismo imparcial, o que é até hoje considerado um mito do jornalismo brasileiro.

A influência militar nos jornais dependia da postura de cada empresa. A *Folha de S. Paulo*, por sua vez, optou por fazer um jornalismo 'neutro', sem ataques ao governo, fazendo uso do discurso do silêncio. Ela não se fez ler pela sociedade. Mas ao silenciar a existência da censura e não deixar transparecer a interferência militar na edição do jornal, ela tentou se fazer entender pelo leitor.

A *Folha de S. Paulo* fez o que alguns veículos costumam fazer: fugir das obrigações jornalísticas como veículo de comunicação/informação e tomar rumos preocupados com a questão empresarial do jornal.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba...* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: Jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. 3 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999

FICO, Carlos. *Além do Golpe*, Rio de Janeiro: Record, 2004.

GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloisa Buarque de; e VENTURA, Zuenir. *70/80 - cultura em trânsito*. Rio de Janeiro: Ed. Aeroplano, 2000

JÚNIOR, Deusdedith. *A Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*. Brasília: Dissertação de Mestrado. UnB, 1995, 158 P.

LOPES, Dirceu Fernandes. *A história do Jornalismo como formadora de consciência crítica*. São Paulo. Unisantos/USP

LOPES, Dirceu. *A história do jornalismo como formadora de consciência crítica*. In: Ouhyses João Augusto de Fonseca. (Org.). *Fênix do jornalismo*. 1 ed. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2004, v. 1, P. 121-142

MIGUEL Felipe, Luiz. *Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil*. Dinamarca: Diálogos Latinoamericanos, 2002, PP. 40-56

OLIVEIRA, Catedra. *Um país Aberto: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo*. São Paulo:Publifolha, 2003.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio no movimento dos Sentidos*. Campinas. Unicamp.1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.